

Fim da passeata. Por ordem de Tancredo?

O decreto-lei que determinou a restrição de alguns benefícios dos funcionários das estatais continua provocando reações de protesto dos trabalhadores de algumas dessas empresas. Além da ameaça de greve dos petroleiros da Refinaria do Planalto (Replan), em Paulínia, a maior do País, os funcionários das estatais continuam promovendo assembleias, passeatas e manifestações em diversos Estados.

Em Minas Gerais, mais de 600 policiais do comando de policiamento de Belo Horizonte, auxiliados por PMs e cavalarianos, impediram, ontem à noite, a realização de uma passeata programada por seis sindicatos que representam trabalhadores de empresas estatais em Minas. Às 17 horas, toda a área prevista para a concentração — o quartirão da rua Rio de Janeiro, entre a igreja São José e a sede regional do Banco do Brasil, no centro da cidade — foi cercada por policiais.

Os manifestantes, pouco mais de 300, que às 18 horas se reuniram no portão lateral da igreja, tiveram megafones, faixas e cartazes arrancados de suas mãos. Impedindo a formação de qualquer grupo, os policiais chegaram até a agredir os jornalistas que cobriam a manifestação, empurrando-os com seus escudos.

A passeata, que sairia do local da concentração e se dirigiria ao Palácio da Liberdade, foi organizada pelos sindicatos dos eletricitários, metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, trabalhadores em empresas de fornecimento de água, petroleiros e trabalhadores em telecomunicações — cujo presidente, Antonio Moreira de Carvalho, considerou “um absurdo que o governo Tancredo Neves proíba uma manifestação pacífica de trabalhadores em defesa da soberania nacional”. Carvalho disse que havia pedido ao secretário de Segurança, Carlos Fulgêncio, através do secretário do Trabalho, Ronam Tito, a autorização para a realização da passeata. “Mas, como sempre foi respondido que só poderíamos realizar a concentração nos lugares já autorizados, como a praça da Estação, que é uma praça de guerra”.

Replan

Caso os 1.100 funcionários da Petrobrás em Paulínia entrem em greve a partir de quarta-feira, como estão prometendo, a Replan — Refinaria do Planalto, deixará de produzir, diariamente, cerca de 46 mil metros cúbicos de derivados de petróleo, ou seja, quase 300 mil barris, o equivalente a um terço das necessidades brasileiras no setor.

O presidente do Sindicato dos Petroleiros, Jacó Bittar, disse ontem que está solicitando uma audiência com o presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, para segunda-feira, no Rio, a fim de discutir o problema. Bittar pretende reivindicar a estabilidade no emprego dos petroleiros e, se isso não for concedido, anunciará o resultado da assembleia de anteontem, em Campinas, quando cerca de 600 trabalhadores decidiram pela greve.

A paralisação, segundo fontes do sindicato, poderá acontecer antes mesmo de quarta-feira, caso haja sinais de pressão junto aos funcionários. Desde ontem, está em ação a “comissão de greve”, aliada a uma “comissão de paralisação técnica”, capaz de parar a refinaria em 24 horas. Esse grupo especial tem a função de promover a desativação da Replan de modo adequado, sem afetar os equipamentos e comprometer a segurança.

A Replan é a mais importante refinaria de petróleo do País, em termos de produção, abastecendo os Estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Distrito Federal. A paralisação provocará também o colapso no fornecimento de álcool hidratado e anidro pois, embora a Replan não produza álcool, seus reservatórios são usados para o armazenamento de aproximadamente 60% do total consumido na região Centro-Sul. A alternativa para suprir a demanda, caso a refinaria seja bloqueada, seria a estocagem nas próprias usinas; mas, nesse caso, o governo será obrigado a pagar adicionais por estocagem, seguro e evaporação.

Em Santos, no litoral paulista, depois da passeata que na noite de quarta-feira reuniu cerca de três mil trabalhadores, em protesto contra os pacotes do governo federal, os dirigentes e líderes sindicais da Baixada Santista decidiram prosseguir no processo de mobilização, no sentido de preparar uma greve geral. De acordo com o presidente da Unidade Sindical, Benedito Furtado, a proposta dos trabalhadores “é parar o Brasil, a não ser que o governo revogue as medidas adotadas a partir dos recentes decretos”.

Furtado informou que, na próxima terça-feira, os dirigentes sindicais santistas participarão, no Rio, do encontro do secretariado nacional de trabalhadores em empresas estatais, e vão apresentar uma proposta para a formação de um “comando geral”, com representantes de diversos Estados, que ficará incumbido de preparar “uma greve nacional”.